

AGIR

PELOS DIREITOS HUMANOS

O GENOCÍDIO EM GAZA TEM DE ACABAR JÁ

CONFLITO EM GAZA

Os Direitos Humanos
na guerra

MARATONA DE CARTAS

Um olhar sobre a
23ª edição

REFLEXÃO DA DIREÇÃO

A Erosão dos
Direitos Humanos



6

Dossiê: Os Direitos Humanos na guerra



18

Escolas Amigas
dos Direitos Humanos



24

Um olhar sobre a
Maratona de Cartas



28

Outros Olhares: Os sobreviventes de Cabo Delgado



34

A Erosão dos Direitos Humanos



A AGIR é a revista da Amnistia Internacional Portugal publicada quatro vezes por ano.

FICHA TÉCNICA

Propriedade: Amnistia Internacional Portugal

Equipa Editorial:

Direção - Miguel Marujo

Paginação e gráfiismo - Paulo Tavares

Colaboram neste número:

Ana Teresa Santos, Ângela Ferreira João, Cláudia Pedra, Fábio Godinho, Irene Rodrigues, Luísa Marques, Margaux Solinas, Paloma Laudet e Vanda Machado

Revisão: José Alexandre Silva

Imagem da capa: ©Mohammed Ibrahim

Impressão: Gráfica Manuel Barbosa & Filhos, Lda.

AMNISTIA
INTERNACIONAL



CONTACTOS

Amnistia Internacional Portugal
Rua Dr. José Joaquim de Almeida, N.º2,
3.º Andar - A e B, 2780-337 Oeiras

aiportugal@amnistia.pt

revista@amnistia.pt



www.amnistia.pt



facebook.com/amnistiapt



twitter.com/AmnistiaPT



instagram.com/amnistiapt/



EDITORIAL

MIGUEL MARUJO

Diretor de Comunicação

Isto é genocídio, tem de acabar já!

“Israel bombardeou, deixou à fome, deslocou repetidamente pessoas, atingiu cidades inteiras, casas, instituições culturais, deixou grandes zonas de Gaza simplesmente inabitáveis — tudo isto em cima de anos de ocupação militar ilegal”. Tomo de empréstimo as palavras da secretária-geral da Amnistia Internacional, Agnès Callamard, que sintetizam as principais conclusões da investigação da Amnistia Internacional, que encontrou bases suficientes para afirmar que Israel cometeu e continua a cometer genocídio contra os palestinianos na Faixa de Gaza ocupada. Aquelas ações, concluiu Callamard, “foram deliberadamente calculadas para destruir os palestinianos em Gaza”. “Não chegámos a esta conclusão de modo ligeiro, político ou preferencial”. E repetimos as suas palavras: “Isto é genocídio. Tem de acabar já”.

O relatório com o título *You Feel Like You Are Subhuman: The Israeli genocide against Palestinians in Gaza* (“*É como se fossemos sub-humanos*”: *O genocídio de Israel contra os palestinianos em Gaza*”) é o ponto de partida para o dossiê que apresentamos nestas páginas. Vale a pena desconstruir mitos e, mais do que isso, perceber que até na guerra há regras.

São essas regras que as democracias estão obrigadas a não esquecer — e, por isto, também os governos devem travar a transferência de armas para Israel. Se o fizerem, de forma deliberada ou por omissão (como o Governo português, que permitiu a passagem de um barco com armas a bordo nos portos nacionais) devem saber que estão a violar a sua obrigação de prevenir o genocídio e correm o risco de se tornarem cúmplices do genocídio.

Sabemos que os tempos não estão fáceis, mas há centelhas de esperança que nos iluminam os dias: também por isso, neste número de abertura do ano de 2025, trazemos algumas das boas notícias que vão fazendo os nossos dias. Mas continuamos atentos às violações dos direitos humanos, de Gaza a Cabo Delgado, dos Estados Unidos da América à Argentina — porque acreditamos nas palavras do fundador da Amnistia Internacional, Peter Benenson: “Só então quando o último prisioneiro de consciência for libertado, quando a última câmara de tortura for fechada, quando a Declaração Universal dos Direitos Humanos for uma realidade para todo o mundo, o nosso trabalho estará terminado”.





© Hayri Tunç

As autoridades turcas lançaram uma escalada maciça na repressão e detenções contra a dissidência pacífica e tiveram como alvo o principal partido político da oposição, o Partido Republicano do Povo, poucos dias antes de este escolher o presidente da Câmara de Istambul, Ekrem İmamoğlu, como candidato presidencial.

“Embora a utilização de alegações vagas de antiterrorismo como arma para deter e processar opositores não seja nova, estas últimas detenções e restrições associadas representam uma intensificação alarmante da perseguição de críticos reais ou presumidos, da principal oposição e de outros, e uma nova asfixia da capacidade da sociedade civil para exercer o seu direito à liberdade de expressão, associação e reunião pacífica”, afirmou a diretora regional adjunta da Amnistia Internacional para a Europa, Dinushika Dissanayake.

Numa declaração conjunta, divulgada a 27 de março de 2025, a Amnistia Internacional, juntamente com a Article 19 e organizações parceiras de direitos humanos e de jornalistas, apelaram às autoridades turcas para que cessem imediatamente os seus ataques contra manifestantes pacíficos, deixem de visar jornalistas e canais noticiosos e suspendam a sua repressão do discurso na internet.

OS DIREITOS HUMANOS NA GUERRA.

O exemplo de Gaza

Este dossiê parte da investigação da Amnistia Internacional que encontrou bases suficientes para concluir que Israel cometeu e continua a cometer genocídio contra os palestinos na Faixa de Gaza ocupada. O relatório de dezembro de 2024, com 296 páginas, permitiu à secretária-geral da Amnistia Internacional, Agnès Callamard, afirmar: “Não chegámos a esta conclusão de modo ligeiro, político ou preferencial”.

O conflito armado entre Israel e o Território Palestino Ocupado (TPO) é um dos mais longos da história moderna. Também está aberto a várias interpretações, histórias e desinformação. A situação atual começou com o ataque surpresa a Israel em 7 de outubro de 2023, no qual o Hamas e outros grupos armados mataram pelo menos 1.200 pessoas e tomaram mais de 200 reféns. Mas é importante recordar que uma das razões deste conflito é o sistema de apartheid de Israel contra os palestinos que vivem em Israel e no Território Palestino Ocupado e contra os refugiados palestinos, bem como os atos desumanos cometidos pelas autoridades israelitas com o objetivo de criar este sistema e mantê-lo em vigor. “Apartheid” refere-se a um regime institucionalizado de opressão e dominação sistemáticas por um grupo racial sobre outro. Estes atos incluem execuções extrajudiciais, tortura, detenções arbitrárias, segregação, expropriação e deslocação, bem como a negação do direito de regresso aos refugiados palestinos.

O direito internacional humanitário desempenha um papel fundamental na salvaguarda da vida e do bem-estar de todas as pessoas afetadas por conflitos armados, particularmente civis. O direito internacional humanitário proíbe o ataque deliberado a civis e a objetos civis, como casas, escolas e hospitais. Sublinha a necessidade de distinguir entre combatentes armados e civis (as pessoas que não participam ou que deixaram de participar nas hostilidades). Exige que os civis não sejam os principais alvos dos ataques e não sejam utilizados como escudos humanos. O direito internacional humanitário prevê ainda regras sobre o tratamento de pessoas feridas, doentes e detidas, bem como sobre o acesso a ajuda humanitária. Todas estas salvaguardas estão gravemente prejudicadas pelo bloqueio ilegal de Israel ao longo de 16 anos, e agravadas pelo cerco reforçado a Gaza desde 7 de outubro de 2023.

O direito internacional humanitário destaca a importância de permitir que organizações humanitárias imparciais assistam quem precisa, inclusive fornecendo cuidados médicos e suprimentos essenciais. Trata-se de uma estrutura essencial para proteger a vida, a dignidade e o bem-estar dos civis apanhados no fogo cruzado, estabelecendo a obrigação de evitar ou minimizar o seu sofrimento e os danos.

Em Gaza, este sistema é revelado com maior clareza com:

— A negação do direito ao regresso a mais de 1,5 milhões de refugiados, que constituem mais de 70% da população de Gaza, às terras e às propriedades das quais as suas famílias foram **deslocadas em 1947-1949**;

— O bloqueio ilegal de Israel à Faixa de Gaza, imposto desde 2007, e as restrições, o isolamento e a destruição a ele associados.

Tanto o direito internacional de direitos humanos, como o direito internacional humanitário são plenamente aplicáveis ao Território Palestino Ocupado. Fora do atual conflito, o direito internacional de direitos humanos é aplicável em Israel, onde os palestinos também vivem sob um sistema de apartheid.

Em Gaza, as pessoas estão marcadas pela História: mais de 70% da população total de Gaza está registada como refugiada, e é-lhe negado o direito de regresso às cidades e aldeias de Israel de onde as suas famílias foram deslocadas ou forçadas a fugir durante a Nakba de 1947-49.

Nakba é uma palavra árabe نكبة التي que significa “catástrofe” e designa o êxodo palestino, quando mais de 700 mil palestinos, segundo dados das Nações Unidas, fugiram ou foram expulsos das suas casas nos anos de 1947-49.

1 — NÃO-DESLOCAÇÃO E EVACUAÇÃO

Quando Israel deu ordens para que cerca de 1,1 milhão de pessoas residentes no norte de Gaza fossem evacuadas, lançando de seguida panfletos, ameaçando as pessoas para saírem no meio de bombardeamentos, enquanto intensificava o bloqueio a Gaza e cortava serviços básicos como eletricidade, água, alimentos, combustível e assistência humanitária, violou o direito internacional humanitário.

2 — ACESSO E ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA

Todas as partes, incluindo Israel, o Hamas e o Egito (que controla o posto fronteiriço de Rafah) devem facilitar a passagem célere e sem restrições de ajuda humanitária imparcial. Isto inclui garantir passagem segura para o pessoal humanitário e os suprimentos.

3 — CONDUÇÃO DAS HOSTILIDADES

Tanto Israel, como os grupos armados palestinos, incluindo o Hamas, devem respeitar o direito internacional humanitário e cessar os ataques indiscriminados contra civis e objetos civis.

4 — RESTRIÇÕES E PROIBIÇÕES

Imagine toda a sua comunidade bloqueada sem água, sem comida ou sem eletricidade. É o que está a acontecer com as pessoas em Gaza. Até os hospitais estão privados destes serviços básicos. Isto coloca os civis em grande perigo.

5 — ABORDAR AS PREOCUPAÇÕES RELACIONADAS COM AS DESLOCAÇÕES

A evacuação de civis com a intenção de desimpedir uma área, e impedir os residentes de regressarem após o conflito armado, constituem crimes de guerra e crimes contra a humanidade. A comunidade internacional deve estar atenta para garantir que isso não aconteça e que aqueles que saem possam voltar. A transferência forçada e a deportação são crimes de guerra.

6 — NENHUMA JUSTIFICAÇÃO PARA CRIMES DE GUERRA

O sistema de opressão, dominação, segregação, fragmentação e expropriação de Israel ao longo de cinco décadas de ocupação prolongada, e o bloqueio de 16 anos à Faixa de Gaza, não isentam os grupos armados palestinos na Faixa de Gaza da sua obrigação de respeitar o direito internacional humanitário e o direito internacional de direitos humanos. Do mesmo modo, os crimes e violações cometidos por grupos armados palestinos a 7 de outubro não podem justificar a punição coletiva de Israel aos residentes de Gaza e a campanha de bombardeamento direta, indiscriminada ou desproporcionada contra Gaza, que constituem crimes de guerra.

Em conclusão, o conflito em curso e a catástrofe humanitária em Gaza sublinham a importância crucial do direito internacional humanitário na proteção dos civis e de outras pessoas em risco durante as hostilidades. Depois de Israel ter estilhaçado o cessar-fogo, a 18 de março de 2025, o apelo global a um cessar-fogo imediato ressoa e renova-se em todo o mundo, apelando a todas as partes para que ponham termo à violência e salvaguardem as vidas humanas. Todos os envolvidos no conflito devem seguir e respeitar as suas regras, incluindo os grupos armados estatais e não-estatais. A assistência humanitária deve ser garantida a quem dela necessita.

É necessário que o mundo inteiro se mantenha atento à situação, intervindo quando necessário para garantir que as regras do direito internacional humanitário são seguidas, para impedir que a situação se agrave para as pessoas comuns que estão a vivê-la.

DESCONSTRUINDO MITOS

MITO: Gaza já não está ocupada por Israel desde a retirada de 2005.

DESCONSTRUÇÃO:

Apesar de Israel ter declarado uma retirada unilateral de Gaza em 2005, dismantelando mais de 20 colonatos ilegais e evacuando colonos e soldados israelitas, Gaza continua a ser um território ocupado. Israel continua a exercer um controle efetivo sobre Gaza e as suas fronteiras, mesmo sem ter as “botas no terreno”, impondo um bloqueio marítimo, aéreo e terrestre efetivo à Faixa de Gaza. Além de estar ocupada, Gaza está sujeita ao sistema de apartheid de Israel, que é imposto contra todos os palestinianos. O bloqueio ilegal, as execuções ilegais, as práticas sistemáticas de detenção arbitrária e tortura e o isolamento e fragmentação de Gaza do resto do Território Palestino Ocupado são alguns dos instrumentos concebidos para manter este sistema.



MITO: O bloqueio de Gaza é admissível sob o direito internacional.

DESCONSTRUÇÃO:

Israel impôs um bloqueio ilegal a Gaza desde 2007. Isto significa que os palestinianos em Gaza estão isolados e enfrentam graves restrições à liberdade de circulação e ao acesso a bens, serviços e recursos essenciais. Estão basicamente a viver numa prisão a céu aberto, sem autorização para sair de Gaza. Israel está agora a endurecer ainda mais as restrições, cortando eletricidade, alimentos, água e suprimentos médicos, criando assim uma crise humanitária catastrófica. Os bloqueios que causem danos excessivos à população civil são proibidos pelo direito internacional humanitário. Qualquer bloqueio deve permitir a passagem de ajuda humanitária e não deve conduzir à fome entre os civis nem à falta do material médico necessário. O bloqueio a Gaza é desumano e equivale a um castigo coletivo, o que é um crime de guerra.

MITO: Foram mortos civis de ambos os lados, mas apenas como resultado do atual conflito armado.

DESCONSTRUÇÃO:

A realidade é mais complexa, pois as baixas civis geralmente ocorrem fora dos períodos de guerra ativa. B'Tselem, o Centro de Informação Israelita para os Direitos Humanos no TPO, relata que, de 2000 a 2017, pelo menos 4,868 palestinianos, incluindo 1,793 crianças, foram mortos pelas forças israelitas em situações de não-combate. Estes incidentes, não relacionados com hostilidades ativas, realçam os riscos constantes enfrentados pelos civis e a importância da adesão aos princípios humanitários por todas as partes, independentemente de um estado de conflito. Desde 7 de outubro de 2023, por exemplo, 102 palestinianos, incluindo 28 crianças, foram mortos na Cisjordânia por forças israelitas, ou por colonos israelitas apoiados pelo Estado.



MITO: O conflito começou em 7 de outubro de 2023, quando o Hamas e outros grupos armados atacaram o sul de Israel.

DESCONSTRUÇÃO:

O sistema de apartheid de Israel contra os palestinianos, incluindo na Faixa de Gaza, a ocupação prolongada do Território Palestino Ocupado e o bloqueio ilegal e desumano de Gaza precedem o ataque de 7 de outubro de 2023, assim como a impunidade quase total dos crimes de guerra e crimes contra a humanidade cometidos pelas autoridades israelitas. Estas são as causas profundas do atual conflito que têm de ser abordadas. No entanto, nada disso pode ser invocado para justificar os crimes de guerra e outras violações de direitos humanos cometidos pelo Hamas e outros grupos armados a 7 de outubro. Além disso, independentemente da cronologia ou de quem disparou primeiro, o direito internacional humanitário deve ser respeitado por todas as partes num conflito em todos os momentos, e as vidas dos civis protegidas.

MITO: São admissíveis colonatos em territórios ocupados se forem estabelecidos por razões de segurança.

DESCONSTRUÇÃO:

De acordo com a Quarta Convenção de Genebra, é ilegal para a potência ocupante transferir a sua população civil para o território ocupado, não importando a razão por detrás disso. É por isso que o estabelecimento de colonatos israelitas na Palestina é um crime de guerra.

MITO: O conflito entre o Estado de Israel e o Hamas é demasiado complexo para que o direito internacional humanitário possa ser aplicado.

DESCONSTRUÇÃO:

O direito internacional humanitário aplica-se a todos os conflitos armados, independentemente da sua complexidade. Os princípios do direito internacional humanitário, como a proteção dos civis, do pessoal médico e das pessoas detidas, aplicam-se a todas as partes envolvidas no conflito em Israel e em Gaza.

MITO: “Eles merecem o que lhes está a acontecer”.

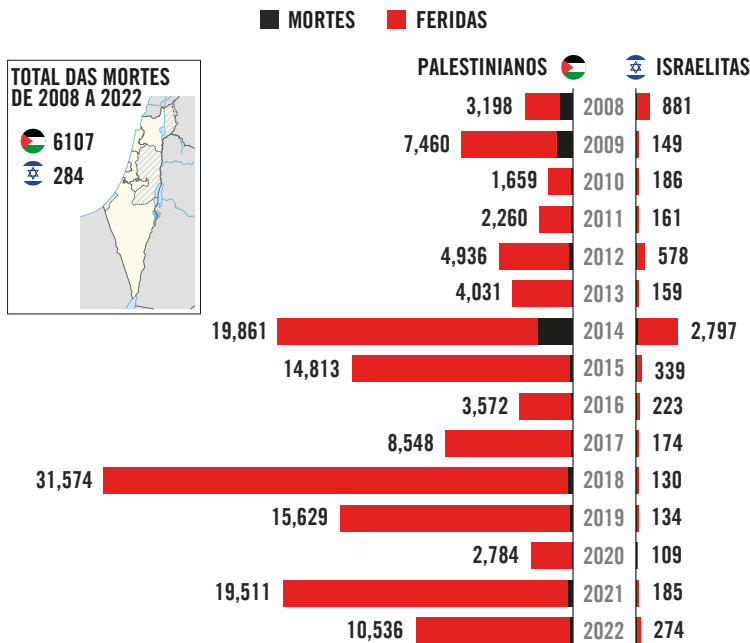
DESCONSTRUÇÃO:

Esta é uma afirmação que poderá ter ouvido de ambos os lados do conflito. É muito perigosa, pois desumaniza os indivíduos, retira o contexto do seu sofrimento e justifica a violência. Viola os princípios fundamentais do direito internacional humanitário, que enfatizam a proteção dos civis, a necessidade de tratar todos os indivíduos com humanidade de ambos os lados e a proibição de punição coletiva.



O CUSTO EM VIDAS HUMANAS DO CONFLITO EM ISRAEL E NO TERRITÓRIO PALESTINIANO OCUPADO

Pessoas israelitas e palestinianas mortas ou feridas reportadas pelas Nações Unidas



Fonte: Nações Unidas



statista

MESMO AS GUERRAS TÊM REGRAS

Em tempos de conflito armado, respeitar e proteger os direitos humanos assume uma importância acrescida.

É precisamente durante momentos desafiantes, no caos da guerra, que a proteção e a promoção dos direitos humanos se tornam ainda mais essenciais.

Os direitos humanos são universais: aplicam-se a todas as pessoas a todo o momento. Os direitos humanos cobrem uma ampla gama de tópicos e temas, desde o direito à liberdade de expressão, o direito à saúde, o direito a participar na vida cultural. Estes direitos estão consagrados em várias declarações e convenções de direitos humanos. Uma das mais conhecidas é a Declaração Universal dos Direitos humanos, criada no rescaldo da Segunda Guerra Mundial. Outras incluem o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, o Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais e a Convenção sobre os Direitos da Criança.

Muitas pessoas perguntam-se: o que acontece à proteção dos direitos humanos durante os conflitos armados? As pessoas ainda têm os mesmos direitos? Ou os direitos humanos já não são respeitados, protegidos e cumpridos nos mesmos níveis que em tempos de paz, devido à violência e à disrupção em larga escala causada por um conflito armado?



As pessoas podem e devem continuar a ter acesso aos seus direitos humanos e usufruir deles. Isto aplica-se aos **direitos políticos e civis**, incluindo o direito à vida e o direito a julgamentos justos. Por exemplo, a proibição contra tratamento ou punições cruéis, desumanas ou degradantes é igualmente válida durante uma emergência pública extrema, tal como em tempos de guerra. O mesmo se aplica aos **direitos económicos, sociais e culturais**. Por exemplo, as crianças ainda têm direito à educação mesmo em tempos de conflitos armados ou de desastres naturais. As pessoas têm o direito a cuidados de saúde, ao alojamento, a comida e a água limpa. Embora o impacto dos conflitos armados tenha frequentemente um efeito devastador sobre os direitos humanos, **os Estados ainda têm o dever de respeitar, proteger e cumprir os direitos de todos os indivíduos e grupos**.

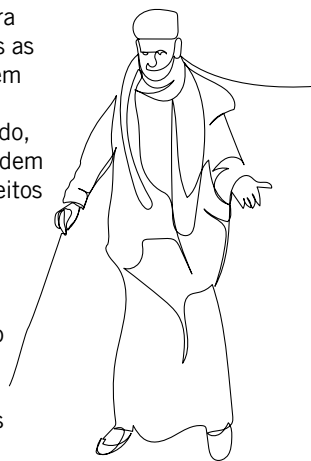
Em tempos de crise que podem impactar gravemente as pessoas de um país, um governo poderá não ter capacidade de garantir os direitos humanos da mesma forma que o faz habitualmente. Este pode, até certa medida, ajustar o modo normal de funcionamento para lidar com a emergência. Por exemplo, em caso de uma emergência natural, como um terremoto ou inundações, os governos podem emitir ordens de evacuação de forma a deslocar pessoas de zonas perigosas para localizações mais seguras, organizando transporte e alojamento temporário. Ou, durante um conflito armado, recursos como comida, água, medicamentos e combustível podem ser escassos e os governos

podem racionar estes recursos para garantir que todas as pessoas conseguem suprimentos essenciais. Contudo, os governos só podem limitar alguns direitos humanos quando absolutamente necessário e, ainda assim, têm de seguir o direito internacional. Continuam a ser responsabilizáveis pelas suas ações. Além disso, não podem usar uma emergência para tratar pessoas injustamente e discriminar com base na sua raça, cor, género, língua, religião, ou por outros motivos.

Certos direitos humanos são considerados tão essenciais para a proteção de todas as pessoas que nunca podem ser suspensos ou alterados, mesmo durante situações de conflito armado ou emergências públicas.

Estes incluem, entre outros:

- O direito à vida;
- A proibição contra tortura ou outros maus-tratos;
- A proibição contra a escravatura;
- os requisitos essenciais de julgamento justo;
- O direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião ou crença;
- A proibição contra a tomada de reféns, raptos e desaparecimentos forçados;
- O núcleo mínimo de obrigações de direitos, por exemplo cuidados de saúde primários essenciais sem discriminação, bem como alimentação, abrigo básico e água potável.



1 - Este dossiê é adaptado a partir de um argumentário educativo produzido pela Amnistia Internacional sobre a escalada do conflito em Israel e Gaza e sobre o que acontece aos Direitos Humanos durante um conflito armado — porque mesmo as guerras têm regras.

O dossiê sobre “Direitos Humanos e conflito armado” está desenhado para promover o conhecimento e a compreensão de como o direito internacional humanitário, também conhecido como as leis da guerra, deve ser aplicado neste conflito.



Disponível na íntegra em:

<https://sites.amnistia.pt/educacao/direitos-a-lupa/>

TRANSFERÊNCIA DE ARMAS PARA ISRAEL

A investigação da Amnistia Internacional mostra que os militares israelitas utilizaram armas explosivas para levar a cabo ataques diretos contra civis e edifícios civis e para ataques indiscriminados em Gaza. No âmbito do trabalho que a secção tem realizado sobre o conflito Israel/Palestina, uma das áreas em foco é a transferência de armas para Israel.

O Direito Internacional Humanitário proíbe todos os Estados-parte de transferirem armas para uma parte num conflito armado sempre que exista um risco claro de que tal contribua para a prática de crimes de guerra ou outras violações graves (artigo 6º, nº 3 do Tratado de Comércio de Armas). Os Estados que continuam a transferir armas para Israel ou a facilitar essa transferência estão a agir em violação das obrigações que lhes incumbem por força do artigo 1.º comum às Convenções de Genebra, e devem agir com urgência para impedir todas essas transferências.

Apesar de Portugal ter assumido compromissos no comércio internacional de armas convencionais, a Amnistia Internacional levantou dúvidas sobre este cumprimento em duas situações: no caso do MC Kathrin, navio de bandeira portuguesa que transportava contentores de explosivos direcionados a Israel — a Amnistia apelou à retirada imediata da bandeira portuguesa; e no caso do navio Nysted Maersk, que depois de ter sido impedido de atracar no porto de Algeciras, parou no de Lisboa, sem que as autoridades portuguesas o impedissem ou procedessem à inspeção da carga.

A secção portuguesa está a coordenar este trabalho com o Secretariado Internacional e outras secções da Amnistia, mas também com outros coletivos e movimentos em Portugal, e com outros parceiros estratégicos a nível internacional como é exemplo o movimento BDS.

O RELATÓRIO DA AMNISTIA



**ANGOLA****Cinco ativistas detidos em liberdade**

O início de 2025 trouxe-nos boas notícias de Angola: os cinco ativistas pelos quais a Amnistia Internacional apelava à libertação, receberam um indulto presidencial no âmbito das celebrações de Natal, de Ano Novo e dos 50 anos de independência de Angola.

Neth Nahara foi libertada a 1 de janeiro e quase uma semana depois, a 6 de janeiro, Adolfo Campos, Tanaice Neutro, Gildo das Ruas e Abraão Pedro Santos (Pensador) foram também postos em liberdade. Acreditamos que isto só foi possível porque milhares de pessoas em todo o mundo, mostraram ao Governo angolano que estes ativistas não estavam sozinhos e que não famos descansar enquanto não fossem libertados.

Apesar de celebrarmos, a Amnistia Internacional relembra que estes ativistas nunca deveriam ter sido presos nem condenados, uma vez que estavam apenas a exercer o seu direito à liberdade de expressão e de reunião pacífica.



©Amnistia

©Front Line Defenders

**ARÁBIA SAUDITA****Mohammed al-Qahtani libertado**

O defensor dos direitos humanos Mohammed al-Qahtani foi libertado em 7 de janeiro de 2025, após ter cumprido uma pena de prisão de doze anos, iniciada em março de 2012. Al-Qahtani esteve desaparecido à força durante quase dois anos, de dezembro de 2022 a novembro de 2024.

Apesar de ter sido libertado, al-Qahtani enfrenta agora a segunda parte da sua pena: uma proibição de viajar durante dez anos, que o mantém separado da sua família, que vive nos EUA. Em contacto com a Amnistia Internacional, a sua mulher, Maha, confirmou que ele ficou totalmente cego do olho esquerdo e que vai ser operado em breve. Durante o período do seu desaparecimento forçado, um médico tinha ordenado uma operação ao olho, mas acabou por ser adiada quatro vezes. Mohammed al-Qahtani irá ser submetido a outros exames de saúde de forma a se perceber os impactos da detenção. A Amnistia Internacional continuará a trabalhar no seu caso, apelando à sua absolvição total que lhe permitiria voltar a viajar para junto da família.

©Privado



CAMARÕES

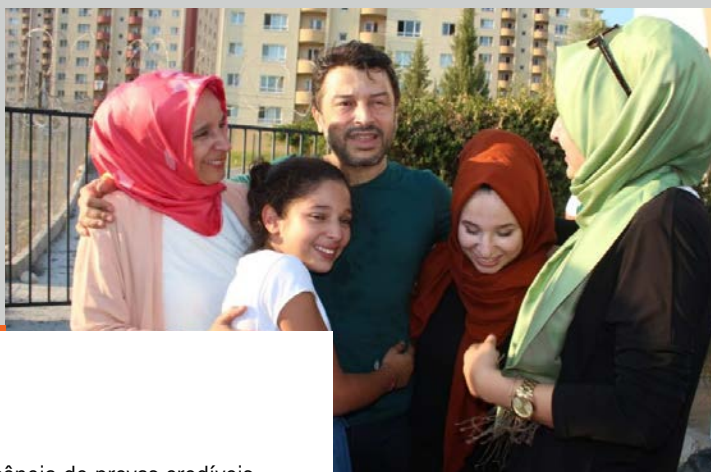
Dorgelesse Nguessan livre

Dorgelesse Nguessan, uma das pessoas em destaque na edição 2022/2023 da Maratona de Cartas foi finalmente libertada após ter estado mais de quatro anos detida.

Dorgelesse Nguessan, atualmente com 39 anos de idade, nunca tinha sido politicamente ativa, mas juntou-se a um protesto em Douala, por ter ficado preocupada com a economia dos Camarões. Foi acusada de “insurreição” e “manifestações públicas”, entre outras acusações, antes de ser condenada a cinco anos de prisão por um

tribunal militar em 7 de dezembro de 2021. O Tribunal de Recurso reduziu a sua pena em 16 de janeiro de 2025, após vários recursos.

A Amnistia Internacional denunciou o carácter arbitrário da sua detenção e apelou à sua libertação imediata e incondicional numa campanha iniciada em janeiro de 2022. Milhares de apoiantes da Amnistia Internacional escreveram cartas a pedir a libertação de Dorgelesse. Em Portugal, mais de 26 600 pessoas assinaram a petição a pedir a sua libertação.



©DR

TURQUIA

Taner Kiliç absolvido

Taner Kiliç, advogado defensor dos direitos dos refugiados e antigo presidente da secção turca da Amnistia Internacional, foi finalmente absolvido após um processo judicial que durou quase 8 anos. O seu caso é um exemplo claro das tentativas das autoridades turcas para criminalizar os defensores dos direitos humanos.

Relembramos que Taner foi preso em junho de 2017 e esteve detido durante mais de 14 meses. Apesar

da total ausência de provas credíveis, em julho de 2020, foi condenado por “adesão a uma organização terrorista” e sentenciado a mais de seis anos de prisão. O fim de um calvário de quase oito anos surge no contexto de uma nova vaga de detenções que tem como alvo defensores dos direitos humanos, jornalistas, ativistas políticos, entre outros.



BOAS NOTÍCIAS

RETROSPECTIVA DE 2024

2024 foi um ano cheio de boas notícias, prova de que junt@s somos poderosos e mudamos vidas. Damos-lhe aqui a conhecer as principais boas notícias relacionadas com as pessoas que temos apoiado:



ARÁBIA SAUDITA — Pena de Morte de Mohammad bin Nasser al-Ghamdi comutada

A 24 de setembro de 2024, o Tribunal Penal Especializado (TPE) da Arábia Saudita comutou a pena de morte de Mohammad bin Nasser al-Ghamdi imposta pelas suas publicações nas redes sociais, alterando a sua condenação para uma pena de prisão de 30 anos. Mohammad bin Nasser al-Ghamdi, professor reformado de 55 anos, foi condenado à morte pelo TPE em 9 de julho de 2023 pela sua atividade pacífica online no X (antigo Twitter) e no YouTube. Foi condenado com base em acusações forjadas de “terrorismo” por publicações em que criticava o rei e o príncipe herdeiro sauditas e a política externa do país, pedia a libertação de clérigos religiosos detidos e protestava contra o aumento dos preços.



CHILE — Comandantes da polícia responsabilizados pela atuação nos protestos de 2019

A 1 de outubro de 2024, três comandantes da polícia do Chile foram formalmente acusados pela repressão generalizada dos protestos de 2019. Sob a sua liderança, duas pessoas morreram às mãos da polícia e milhares sofreram ferimentos graves. Também num processo penal separado, o julgamento contra o agente da polícia acusado de disparar as balas que cegaram Gustavo Gatica começou também em outubro. Este processo é distinto do processo contra os comandantes da polícia, mas está intimamente ligado.



IRÃO — Narges Mohammadi libertada temporariamente

A 4 de dezembro de 2024, o advogado de Narges Mohammadi, Mostafa Nili, publicou no X (antigo Twitter) que Narges Mohammadi tinha sido libertada temporariamente da prisão. Na sua publicação, o advogado de Narges Mohammadi escreveu que o procurador de Teerão “suspendeu a execução da sua pena [de prisão] durante três semanas” e que tal se prendia com o seu estado de saúde na sequência de uma intervenção cirúrgica, realizada a 14 de novembro de 2024. A operação teve lugar num hospital fora da prisão e Narges Mohammadi foi transferida de volta para a prisão em 16 de novembro de 2024, contra as indicações médicas que referiam que ela precisava de pelo menos três meses para recuperar da cirurgia.



ERITREIA — A luta por Ciham Ali Ahmed não está perdida

Em maio de 2024, recebemos boas notícias através de um ativista da Amnistia francesa que recebeu uma carta de resposta da Embaixada dos EUA em França, dizendo que estão a par do caso de Ciham Ali Ahmed e que, como cidadã americana, farão tudo o que puderem por ela - um sinal de que a luta por Ciham não está perdida.



JAPÃO — Iwao Hakamada absolvido e condenação à morte anulada

No final de setembro de 2024, o Tribunal Distrital de Shizuoka proferiu uma decisão há muito aguardada, absolvendo Iwao Hakamada, descrito como o prisioneiro no corredor da morte há mais tempo no mundo. Depois de ter suportado quase meio século de prisão injusta sob pena de morte e mais dez anos de espera por um novo julgamento, este veredito constitui um importante reconhecimento da profunda injustiça que sofreu durante a maior parte da sua vida. Põe fim a uma luta inspiradora para limpar o seu nome, levada a cabo pela sua irmã Hideko e por todos aqueles que o apoiaram, incluindo a Amnistia Internacional, que lutou pelo seu novo julgamento durante mais de 15 anos.



MYANMAR — Maung Sawyeddollah prossegue estudos universitários nos EUA

Maung Sawyeddollah era um refugiado Rohingya no Bangladesh e foi um dos casos da Maratona de Cartas 2023/2024. Devido às restrições impostas pelas autoridades do Bangladesh, os refugiados Rohingya não têm acesso ao ensino superior, o que significa que Sawyeddollah não pôde frequentar pessoalmente o ensino universitário no Bangladesh. Depois de enviar 147 candidaturas a programas universitários em todo o mundo, conseguiu um lugar na Universidade de Nova Iorque. A Amnistia Internacional ajudou Sawyeddollah a solicitar o seu visto de estudante e a mudar-se para os EUA. Sawyeddollah aterrou em segurança em Nova Iorque a 19 de agosto de 2024, para estudar Ciências Sociais. Durante todo este tempo, Sawyeddollah não parou de fazer campanha pelo direito dos Rohingya à educação e por uma solução efectiva por parte da Meta.



QUIRGUISTÃO — Rita Karasartova absolvida

Em junho de 2024, 22 arguidos no “caso Kempir-Abad”, incluindo Rita Karasartova, foram finalmente absolvidos — uma vitória significativa para a justiça e os direitos humanos. As acusações contra os ativistas, que alegadamente conspiraram para a realização de motins em massa, tinham motivações políticas e o processo enfermava de incoerências e violações processuais. Os arguidos foram submetidos a meses de tratamento desumano, incluindo a recusa de cuidados de saúde adequados. Este veredito, celebrado pela sociedade civil quirguize e pelas mulheres defensoras dos direitos humanos, é visto como um precedente promissor contra as ações judiciais por motivos políticos no país.



RÚSSIA — Aleksandra Skochilenko libertada

Em agosto de 2024, depois de muita pressão pública, a artista e ativista anti-guerra Aleksandra Skochilenko foi libertada numa troca histórica de prisioneiros entre a Rússia e alguns países ocidentais. Recorde-se que Aleksandra foi detida pelas autoridades russas em abril de 2022, depois de ter substituído cinco etiquetas de preço num supermercado por informações sobre a invasão russa da Ucrânia. Foi acusada de divulgar “informações falsas” sobre as atividades militares do país e condenada a sete anos de prisão. Sasha, como é conhecida, foi uma das pessoas em destaque na Maratona de Cartas 2022/2023, gerando mais de 594 mil ações em seu favor.



TURQUIA — 1000ª vigília semanal das Mães de Sábado decorre na Praça Galatasaray

A 25 de maio de 2024, as autoridades turcas autorizaram as Mães de Sábado a fazerem a sua 1000ª vigília semanal na Praça Galatasaray em Istambul. Centenas de manifestantes encheram a praça por volta das 10 horas da manhã, antecipando a manifestação que não tem sido permitida pelas autoridades turcas nas últimas 300 semanas. Na vigília, mães, filhos e filhas, irmãos e irmãs dos desaparecidos, alguns netos e netas também presentes, falaram de forma breve mas comovente dos seus entes queridos, por cujo desaparecimento forçado sob custódia das autoridades turcas, procuram a verdade e a justiça.



REINO UNIDO/ EUA — Acordo no caso de Julian Assange

Em junho de 2024, Julian Assange chegou finalmente a um acordo com as autoridades norte-americanas depois de ter passado cinco anos numa prisão de alta segurança no Reino Unido. Assange declarou-se culpado de uma acusação de conspiração para obter e divulgar informações de defesa nacional, o que lhe valeu uma pena de 62 meses, que Julian Assange já cumpriu. A Amnistia Internacional tem feito campanha a favor de Assange desde que este foi preso.



MOÇAMBIQUE

VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS EM MOÇAMBIQUE TÊM DE SER INVESTIGADAS

Em Moçambique, no dia 21 de outubro de 2024, eclodiram manifestações em todo o país após o assassinato de Elvino Dias e Paulo Guambe, duas figuras públicas alinhadas com a oposição ao partido no poder em Moçambique. Desde então, houve relatos credíveis de violações generalizadas dos direitos humanos, com mais de 300 pessoas, incluindo crianças e transeuntes, mortas numa tentativa de reprimir os protestos, sendo a grande maioria das mortes atribuída às forças de segurança, segundo dados de grupos de monitorização.

As forças governamentais terão também disparado e ferido mais de 700 pessoas e detiveram arbitrariamente milhares, segundo as mesmas contagens, havendo relatos de tortura e outros maus-tratos quando estavam sob custódia. As autoridades também visaram, alegadamente, jornalistas, restringiram o acesso à internet e mobilizaram o exército para as ruas.

Também houve dezenas de alegados raptos, assassinatos e desaparecimentos forçados fora dos protestos. O partido da oposição PODEMOS afirmou que mais de 100 dos seus membros foram raptados e mortos desde outubro de 2024.

Assine esta petição, exigindo que o Presidente Daniel Chapo e o seu governo tomem medidas eficazes para quebrar o ciclo de violações dos direitos humanos em Moçambique.

PARTICIPE

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine online em:

www.amnistia.pt/peticao/violacoes-direitos-humanos-em-mocambique-tem-de-ser-investigadas/



ARGENTINA

JUNTE-SE À LUTA POR JUSTIÇA DE JOEL PAREDES!

Joel Paredes é um jovem pai de família da província de Jujuy, no norte da Argentina. Em junho de 2023, o governo local aprovou alterações à constituição da província, incluindo restrições ao direito de reunião pacífica, medidas que podem causar danos ao ambiente e que podem violar os direitos dos povos indígenas à terra. Jujuy é uma província rica em lítio, e as autoridades argentinas querem expandir as exportações, mas as pessoas que vivem no território, como Joel e a sua família, não concordam.

Na noite de 30 de junho de 2023, Joel juntou-se a um protesto na praça de Humahuaca e, entre centenas de manifestantes pacíficos, tocou bombo enquanto eram discutidas as alterações num edifício próximo. Nas primeiras horas do dia 1 de julho, a polícia chegou à praça e começou a disparar balas de borracha contra a multidão de forma imprudente. Joel foi atingido no seu olho direito. O ferimento exigiu uma intervenção cirúrgica, mas os médicos não conseguiram salvar-lhe a visão e Joel está agora permanentemente cego do olho direito. Ninguém foi responsabilizado pelo que aconteceu a Joel e aos outros manifestantes.

Assine a petição e peça ao procurador-geral de Jujuy que responsabilize os culpados pelos ferimentos de Joel.

PARTICIPE

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine online em:

www.amnistia.pt/peticao/joel-paredes/





APELE À LIBERTAÇÃO DO ADVOGADO AMBIENTALISTA DANG DINH BACH

Dang Dinh Bach preocupa-se profundamente com a saúde e o bem-estar das pessoas no Vietname. A sua organização, o Centro de Investigação sobre Direito e Política do Desenvolvimento Sustentável (LPSD), realiza um trabalho importante de apoio às comunidades ameaçadas por poderosos interesses económicos e políticos. O LPSD ajuda-as a compreender os seus direitos e capacita-as para protegerem os seus meios de subsistência.

A 24 de junho de 2021, Bach foi detido. O seu filho recém-nascido tinha apenas duas semanas de vida. Bach foi enviado para a prisão e a LPSD foi forçada a fechar. A sua detenção ocorreu pouco depois do lançamento de uma campanha liderada por Bach para reduzir a dependência do Vietname em relação ao carvão.

Bach foi acusado de “evasão fiscal” e posteriormente condenado a cinco anos de prisão após um julgamento que os peritos da ONU consideraram injusto. O tribunal recusou-se a ouvir a sua defesa e o procurador não apresentou provas.

Bach afirma que está inocente e fez várias greves de fome para protestar contra a sua detenção injusta e os maus-tratos sofridos na prisão, tendo o seu estado de saúde piorado significativamente.

Assine a petição e exija a libertação imediata e incondicional de Bach da prisão.

PARTICIPE

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine online em:

www.amnistia.pt/peticao/dang-dinh-bach/



PARAR COM AS DEPORTAÇÕES EM MASSA NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

O Presidente dos EUA, Donald Trump, começou a implementar uma campanha de deportação em massa, que visa milhões de migrantes e pessoas que procuram uma vida mais segura.

Os seus planos consistem em prender, deter e deportar em massa, tanto pessoas que se encontram nos Estados Unidos há muitos anos, como pessoas que chegaram recentemente.

As suas ações estão a privar os requerentes de asilo e os migrantes da oportunidade de pedirem proteção, colocando-os em risco de detenções arbitrárias, fazendo-os regressar a contextos perigosos e inseguros, separando-os das famílias, destruindo comunidades, sujeitando as pessoas a perfis raciais, espalhando o medo e minando a segurança, a prosperidade e a dignidade humanas.

O governo dos EUA tem a obrigação, nos termos do direito internacional, de garantir que as suas leis, políticas e práticas não colocam os migrantes e as pessoas que procuram asilo num risco acrescido de abusos dos direitos humanos. Embora, como todos os países, tenham o poder de regular a entrada e a permanência de estrangeiros no seu território, só o podem fazer dentro dos limites das suas obrigações em matéria de direitos humanos.

Ajude-nos a instar o Presidente Trump a respeitar os direitos humanos dos migrantes e das pessoas que procuram segurança e a parar a sua campanha de deportação em massa.

PARTICIPE

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine online em:

www.amnistia.pt/peticao/parar-as-deportacoes-em-massa-nos-eua/



ENCONTRO EADH

ENCONTRO ESCOLAS AMIGAS DOS DIREITOS HUMANOS RELEMBRA AS VÍTIMAS DE GAZA



De 14 a 16 de fevereiro as escolas do Programa Escolas Amigas dos Direitos Humanos reuniram-se em Ferreira do Zêzere para o seu encontro anual.

Com a participação de 45 alunos, 16 docentes e técnicos de doze escolas, o Encontro procurou capacitar os participantes para colaborarem mais ativamente no programa nas suas escolas, promover o intercâmbio e a partilha, mas também explorar temas de direitos humanos. Este ano, o programa deu especial atenção à campanha Stop Genocídio em Gaza.

“Uma coisa em que este encontro me foi útil, foi sobre a história de Gaza, eu tinha pouco conhecimento sobre esse tema e nas variadas atividades que tivemos (...) aprendi mais sobre esta situação”, testemunha um aluno participante.

Alertar para as violações de direitos humanos em Gaza, incluindo o genocídio que está em curso, foi um dos objetivos deste Encontro. Para tal, promoveu-se uma sessão que procurou esclarecer a história do conflito e a escalada da violência. Houve também oportunidade de esclarecer dúvidas e receios, mas também compreender o potencial do ativismo.

Foi, aliás, com uma ação de ativismo que se procurou dar ainda mais visibilidade a esta situação. Em colaboração com a Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere, realizou-se no sábado, 15 de fevereiro, uma vigília em frente ao edifício do município. Ferreira do Zêzere juntou-se assim ao apelo da Amnistia para pôr fim ao genocídio dos palestinianos em Gaza.

A vigília foi um momento muito significativo para os participantes que se envolveram na preparação e na realização da iniciativa com grande entusiasmo como podemos perceber pelo testemunho do Francisco Cacheira (ver caixa).

A Campanha Stop Genocídio em Gaza, será ainda o mote para o Desafio Escolas Amigas dos Direitos Humanos que se realiza entre este mês de abril e maio e que será construído em conjunto com todas as escolas que integram o Programa EADH. Com este desafio, levamos a campanha para as escolas com o objetivo de envolver a restante comunidade educativa.

No Encontro houve também espaço para falar sobre direitos humanos, igualdade e perceber melhor como funciona a Amnistia Internacional. Estas sessões lançaram as bases para todos os participantes compreenderem melhor os princípios das Escolas Amigas dos Direitos Humanos e como podem estar mais envolvidos.

Como espaço privilegiado de intercâmbio, o Encontro foi ainda palco de partilhas do que se faz nas diferentes escolas - das atividades, das boas práticas, mas também das dificuldades que em conjunto se superam mais facilmente.

“A partilha entre escolas foi fundamental para percebermos o impacto que este programa tem, não só para nós, mas também para outras escolas e indivíduos. Foi uma ótima oportunidade para conhecer novas estratégias que nos ajudam a envolver de forma mais ativa e direta toda a comunidade escolar”, refere uma das docentes que participou no encontro.

Além de partilhar experiências, também se fazem amizades e constroem-se momentos marcantes. E nada melhor que as palavras de um dos participantes para perceber o impacto da iniciativa (ver caixa).

POR FRANCISCO CACHEIRA

Era uma quarta-feira como todas as outras: chegado ao intervalo grande, lá fui eu para a biblioteca, para mais uma reunião do Grupo das Escolas Amigas dos Direitos Humanos. Pensei que fôssemos, mais uma vez, falar das ações que fãmos executar na escola nas semanas que aí vinham..., mas não. Naquele dia, a nossa reunião foi para falar do Encontro EADH que iria acontecer. E eu, interessado que sou por este tipo de atividades, fiquei logo com uma grande vontade de participar!

Passadas umas semanas, lá estava eu, no comboio, rumo a Tomar com os meus colegas e professoras da escola – e estava bastante enérgico!

(...) Finalmente chegámos, e foi já depois do check-in feito pelos nossos monitores que pudemos libertar toda a energia que vinha connosco das horas que passámos sentados nos transportes públicos. Fizemos jogos e começámos a realmente nos conhecermos melhor. Foi um primeiro dia em cheio!

Não esqueçamos, porém, que o encontro não é só um momento de interação. (...) fomos lá para conhecer também melhor a Amnistia, os Direitos Humanos, o Projeto em que trabalhamos; assim, no segundo dia, tivemos a oportunidade de trabalhar a fundo estas temáticas. Ganhar noção das realidades tão diferentes que as pessoas têm, dos desafios que enfrentam todos os dias sem que nós nos apercebamos disso impactou-me bastante. Conhecer melhor a Amnistia Internacional e o Programa das Escolas Amigas dos Direitos Humanos foi muito positivo para mim e para o resto do meu grupo, pois agora temos uma maior noção da complexidade, por exemplo, das investigações e análises feitas pela Amnistia todos os dias em tantos pontos do mundo. Também compreender melhor a situação que se vive em Gaza me abalou muito. Apesar das informações chocantes que recebemos todos os dias, é sempre aflitivo saber mais aprofundadamente aquilo que naquela região se passa – mas é necessário sabê-lo e condená-lo.

Outro grande ponto do encontro foi a ação de rua. Tendo como tema principal a situação vivida em Gaza, fizemos uma vigília, à noite, em frente à Câmara Municipal. Ao final da tarde, começámo-nos a preparar para a vigília, escrevendo textos, levantando uma faixa, dobrando papagaios, cobrindo o chão com velas e criando uma equipa de fotógrafos. Aqueles minutos de reflexão, na praça, e as palavras que ouvimos pela boca dos nossos colegas e das entidades presentes, foram muito importantes para mim e para todos. Terminámos a noite com um momento cultural de grande qualidade... Ferreira do Zêzere tem muito talento!

Mais uma noite volvida, e começámos o terceiro dia com uma visita ao Lago Azul e a Dornes (...) Ao voltar para Ferreira, compreendi que o encontro já estava quase a acabar..., mas ia aproveitar as últimas horas ao máximo. Tivemos a última reunião, dissemos aquilo que foi o fim de semana para nós, e fomos almoçar. Depois do almoço, começaram os abraços e as despedidas.

Lá voltámos para Tomar, e, com o coração apertado, dissemos adeus e seguimos viagem.

Enfim, descrever um fim de semana como este em tão poucas palavras torna-se difícil, mas fiz o melhor que pude. Foi um encontro que me deu a conhecer pessoas fantásticas, temas muito interessantes e realidades muito contrastantes neste nosso mundo. Agora, é trabalhar na escola e esperar por mais um encontro EADH!



ENCONTRO DE ESTRUTURAS

CAPACITAR PARA AGIR!

Entre 21 e 23 de março de 2025 aconteceu mais um Encontro de Estruturas, um espaço de partilha, formação e capacitação de ativistas dos grupos da Amnistia Internacional. Na edição deste ano houve uma grande aposta no trabalho com indivíduos e comunidades em risco e, seguindo o convite do movimento, um debate sobre o crescimento do autoritarismo. Regimes e políticas autoritárias representam uma ameaça e um desafio para os direitos humanos das pessoas que vivem nos países onde estes movimentos crescem. Contudo, também pode afetar outros países pelo efeito de contágio.

É por isso importante e necessário ter mais estruturas operacionais, em mais locais do país, mais fortes e capacitadas para poderem contribuir para o derrubar de narrativas extremistas e que contrariam os direitos humanos. A secção está a trabalhar num plano que alia a recém aprovada Estratégia de Ativismo à colaboração com os grupos existentes, para lançar bases para haver mais grupos de ativistas.

No encontro houve, como sempre, espaço para a partilha do trabalho realizado em 2024 por parte de algumas das estruturas presentes, e também espaço de construção de sinergias e futuras colaborações. Perante os crescentes ataques aos direitos humanos, precisamos de ser mais e ter ativistas capacitados para continuarem a trabalhar a favor de casos como o da Maryia Kalesnikava e de muitas outras pessoas em risco no mundo.

O CASO DE MARYIA KALESNIKAVA E OS DIREITOS HUMANOS NA BIELORRÚSSIA

O caso em destaque no encontro foi o de Maryia Kalesnikava, uma ativista política que desafiou o governo repressivo da Bielorrússia. Foi raptada pelas

autoridades bielorrussas, detida e posteriormente condenada a onze anos de prisão com base em falsas acusações. O caso de Maryia, um dos da Maratona de Cartas de 2024, tem todas as marcas de perseguição por parte do governo autoritário da Bielorrússia.

Também no documentário “*Who, if not us? The fight for democracy in Belarus*” - Quem, se não nós? A luta pela democracia na Bielorrússia, que foi exibido e seguido de debate, é dada uma visão do que é ser ativista político naquele país. O filme acompanha, ao longo de mais de um ano, a vida de três mulheres ativistas, de diferentes gerações, envolvidas nas grandes manifestações e protestos de 2020, os maiores da história da Bielorrússia, e que foram brutalmente reprimidos pelo regime do presidente Lukaschenko.

O ponto alto encontro foi o testemunho online de Tatsiana Khomich, ativista pelos direitos humanos e irmã de Maryia. A nossa convidada partilhou com o grupo a cronologia do caso da irmã, onde é clara a falta de liberdade de expressão e perseguição às vozes da oposição que são consideradas ameaças.

Tatsiana falou também sobre o trabalho da associação *FreeBelarusPrisoners*, de que é uma das fundadoras. Advocacia e campanhas pela libertação dos presos políticos, criação de redes de apoio psicológico e formação em segurança digital para os familiares dos presos, são algumas das atividades da associação. Segundo Tatsiana, desde 2020, as organizações de direitos humanos reconheceram a existência de mais de 3760 presos políticos, destes, cerca de 2500 cumpriram as sentenças completas. Hoje, há mais de 1200 presos políticos na Bielorrússia. Tatsiana afirmou que, apesar de em julho de 2024 o governo ter começado a libertar presos políticos, as autoridades bielorrussas revelaram que Maryia Kalesnikava e Viktor Babaryka (que foi candidato presidencial) – duas figuras importantes dos acontecimentos de 2020, são vistas como rivais pelo presidente Lukaschenko e por isso continuam presas.

Como mensagem final, lembrou a importância de continuar a divulgar o caso da Maryia e alertar o mundo para o que se passa na Bielorrússia.

A Maryia precisa da sua ação:

A 7 de setembro de 2020, a ativista política Maryia Kalesnikava foi raptada pelas autoridades bielorrussas, levada para a fronteira, onde resistiu à deportação. Foi detida e mais tarde condenada. Está a cumprir uma pena de onze anos de prisão baseada em falsas acusações.

A Amnistia Internacional está a pedir que Maryia seja imediatamente libertada da prisão e que a sua condenação injusta seja anulada.



ASSINE A PETIÇÃO EM:

www.amnistia.pt/peticao/maryia-kalesnikava/



Testemunho de Clara Alves, REAJ Coimbra

“Como ativista de primeira viagem, o encontro de estruturas foi uma oportunidade fantástica para conhecer membros mais experientes dos diferentes grupos que estão há anos e, em vários casos, há décadas a lutar pela defesa dos direitos humanos. É essencial perceber como cada estrutura, com o seu contexto social e demográfico, atua. Para a REAJ Coimbra ficaram várias ideias de ação para implementar no futuro, espero que breve, e uma vontade ainda maior para continuar o trabalho com a Amnistia Internacional tanto em ambiente académico como fora dele!”



Testemunho de Maria José Santos, Grupo de Viseu

“(…) estou no Grupo Local de Viseu desde 2013 e tive a oportunidade de participar em diversos encontros de estruturas. Este encontro de 2025 foi, novamente, um excelente fórum de partilha de experiências, principalmente a nível da liderança e das atividades desenvolvidas pelas estruturas, mas também de convívio com outros ativistas. O entusiasmo com que foram feitas as apresentações e o espaço de debate, frequentemente introduzido, foram inspiradores!”



ANGARIAÇÃO DE FUNDOS

CONTEMPLAR A AMNISTIA INTERNACIONAL NA SUA HERANÇA

O seu legado por direitos humanos continuará a salvar vidas!

A morte pode, efetivamente, ser uma das condições universais que pode espoletar nas pessoas várias sensações negativas, desde medo, angústia e/ou ansiedade. Contudo, podemos (e queremos!) garantir que continuamos a impactar o mundo de modo positivo, mesmo depois da nossa vida estar concluída.

Muitas pessoas não sabem, mas podemos considerar a Amnistia Internacional como uma das beneficiárias no seu testamento.

COMO CONSIDERAR A AMNISTIA INTERNACIONAL COMO BENEFICIÁRIA NA SUA HERANÇA?

Assim que tomar a decisão de avançar com a sua vontade de doar uma parte da sua herança, deve considerar vários pontos:

1. Entre em contacto connosco para que o possamos auxiliar no processo. Estamos aqui para tirar dúvidas e procurar soluções consigo.
2. Para que possa considerar a AI como beneficiária, deve fazer o seu testamento, e neste pode

documentar os bens que deseja que sejam concedidos após a sua partida.

3. Designe uma pessoa que deverá garantir o cumprimento do seu testamento e informe essa pessoa de que foi nomeado para tal.
4. É importante que, após a partida do testador, a pessoa designada para a execução do testamento, informe a Amnistia Internacional de que é beneficiária, para que, deste modo, nos seja possível avançar em conformidade com a vontade do testador e conteúdo do testamento.

GOSTARIA DE SABER MAIS INFORMAÇÕES?

Envie um e-mail para Ângela João:
aiportugal@amnistia.pt e entraremos em contacto direto consigo.



MANEIRAS DE DOAR PARA A AMNISTIA INTERNACIONAL

1

É possível incluir a Amnistia Internacional na sua **HERANÇA** e deixar um legado em direitos humanos.

2

Ser **DOADOR REGULAR**, com um contributo mensal que nos permite garantir o nosso trabalho de ativismo.

3

Crie uma angariação de fundos nas suas **REDES SOCIAIS**, apelando ao donativo de todos os seus contactos.

4

Desafie a sua empresa a entrar num **PROGRAMA DE DOAÇÕES** considerando a Amnistia Internacional na sua lista de destinatários.

5

FAÇA UM DONATIVO EM NOME DE ALGUÉM QUE GOSTA
Fazemos-lhe chegar um kit presente, que simboliza o donativo oferecido.

6

FAÇA UMA COMPRA NA NOSSA LOJA ONLINE
www.amnistia.pt/loja

7

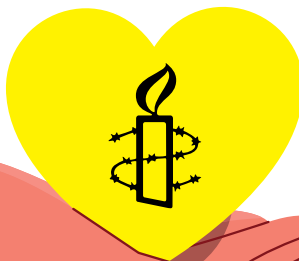
SOMOS O BRINDE IDEAL DE CASAMENTO
Ofereça direitos humanos aos seus convidados.
Temos os brindes ideais!

8

ORGANIZE UM EVENTO e faça um pedido de donativo aos seus convidados.

9

ANIVERSÁRIO SOLIDÁRIO
Assinale o seu aniversário realizando uma angariação de fundos com os amigos e família.





UM OLHAR SOBRE A 23ª EDIÇÃO DA MARATONA DE CARTAS 2024/25

De 4 de novembro de 2024 a 31 de janeiro de 2025 decorreu mais uma edição da Maratona de Cartas, a maior campanha de ativismo pelos direitos humanos do mundo. Deixamos aqui os principais destaques da edição deste ano:

6 CASOS - 6 PAÍSES

- Ahmed Mansoor – **Arábia Saudita**
- Ana Maria dos Santos Cruz – **Brasil**
- Maung Sawyeddollah – **Myanmar**
- Thapelo Mohapi e o Movimento Abm – **África do Sul**
- Uncle Paul e Uncle Pabai – **Austrália**

MILHÕES DE PESSOAS
MOBILIZADAS EM
TODO O MUNDO

PORTUGAL

 57 146

ASSINATURAS RECOLHIDAS
NAS PETIÇÕES

 5 536

MENSAGENS DE SOLIDARIEDADE

 + DE 320

ESCOLAS INSCRITAS

MUNDO

(resultados provisórios)

 4 246 482

ASSINATURAS RECOLHIDAS
NAS PETIÇÕES

 376 485

MENSAGENS DE SOLIDARIEDADE



CONCURSO NACIONAL DE ESCOLAS

No concurso nacional de escolas da Maratona de Cartas, a escola vencedora que recolheu **2799** assinaturas online foi o **Agrupamento de Escolas de Moimenta da Beira!**

MUITOS PARABÉNS!

O TOP 5 DE ESCOLAS COM MAIS ASSINATURAS ONLINE FOI A SEGUINTE:

1	Agrupamento de Escolas de Moimenta da Beira	2799
2	Agrupamento de Escolas de Caneças - Odivelas	1075
3	Agrupamento de Escolas de Alpendorada	1038
4	Instituto Nun'Alvares	1003
5	Agrupamento de Escolas de Ponte de Lima	687

O Agrupamento de Escolas Moinhos da Arroja em Odivelas também se destacou com **1545** assinaturas recolhidas em papel.

CICLO DE CINEMA “MOSTRA-ME A MARATONA”

Com o intuito de criar momentos que permitissem ao público em geral conhecerem mais de perto os casos em foco e o contexto dos países dos quais são originários, foi dinamizado um ciclo de cinema “Mostra-me a Maratona”, em Lisboa, em parceria com o Avenidas – Um Teatro em Cada Bairro.

“É PROIBIDO FALAR EM ANGOLA”

Caso em foco: Neth Nahara – Angola

6 de novembro de 2024 – Lisboa

“QUEM, SE NÃO NÓS? A LUTA PELA DEMOCRACIA NA BIELORRÚSSIA”

Caso em foco: Maryia Kalesnikava - Bielorrússia

20 de novembro de 2024 – Lisboa

“VIDAS DESAFIANTES” (EM PARCERIA COM O CENTRO DE VIDA INDEPENDENTE)

CASO EM FOCO: KYUNG SEOK PARK

4 de dezembro de 2024 – Lisboa

18 de janeiro de 2025 – Matosinhos

15 de janeiro de 2025 – Vila Real

“FUGA DA ARÁBIA SAUDITA”

Caso em foco: Manahel al-Otaibi

18 de dezembro de 2024 – Lisboa

“ESQUELETOS NO ARMÁRIO”

Caso em foco: Sebnem Fincanci

8 de janeiro de 2025 – Lisboa

“YINTAH”

Caso em foco: Wet’suwet’en

31 de janeiro de 2025 - Lisboa

DIA GLOBAL DE AÇÃO DA MARATONA DE CARTAS - 10 DE DEZEMBRO

Para celebrar o Dia dos Direitos Humanos, lançámos o desafio às estruturas locais, escolas e entidades participantes na Maratona de Cartas para dinamizarem atividades que assinalassem o Dia dos Direitos Humanos e a campanha, num dia global de ação da Maratona de Cartas.

DIA ABERTO NA SEDE

Também a equipa executiva aderiu a este dia de ação e a nova sede da Amnistia Internacional, em Oeiras, esteve dez horas de portas abertas, com muitas ações de ativismo desde workshops de ilustração de postais, aulas de zumba pela Manahel, talks sobre o fim dos combustíveis fósseis e sobre liberdade de expressão, quizz de direitos humanos e um café-concerto.

A SUA ASSINATURA MUDOU A VIDA DE NETH NAHARA!

Ainda durante o decorrer da Maratona de Cartas, Neth Nahara – tik toker angolana presa por ter criticado o Presidente João Lourenço – foi libertada!

A SI QUE SE JUNTOU A NÓS EM MAIS UMA EDIÇÃO DA MARATONA DE CARTAS, O NOSSO MUITO OBRIGADA!

Delta Cafés e Amnistia Internacional: um café com propósito



Beber um café pode ser muito mais do que um simples hábito diário – pode ser um gesto de mudança, solidariedade e resistência. A Delta Cafés, uma marca portuguesa de referência, reconhecida pelo seu compromisso com a sustentabilidade e a responsabilidade social, juntou-se à nossa app +Amnistia para transformar cada contributo num passo concreto na defesa dos direitos humanos.

A Delta não é apenas uma marca de café – é um movimento que promove práticas de comércio justo, apoia pequenos produtores e investe em iniciativas de impacto social e ambiental. Agora, ao tornar-se parceira da +Amnistia, reforça o seu compromisso com um mundo mais ético e sustentável.

Com esta parceria, estamos a unir esforços para apoiar agricultores e comunidades locais na produção sustentável de café, a sensibilizar consumidores sobre a importância do comércio justo e a reforçar a luta pelos

direitos humanos através de cada gesto do dia a dia.

“Desde 2024, a Delta Cafés tem o orgulho de apoiar a Amnistia Internacional. Esta colaboração pretende reforçar o posicionamento da Delta Cafés, como uma marca consciente e socialmente responsável, e contribuir para amplificar a missão da Amnistia Internacional.

Através desta parceria, iremos desenvolver ações conjuntas que não só proporcionam a melhor experiência de café, mas também mostrar todo o restante do nosso portfólio

de produtos, que engloba Vinhos, Chás, Chocolate Quente, Snacks, entre outros, como também apoiam diretamente o trabalho crucial da Amnistia Internacional na promoção da justiça, liberdade e dignidade para todos.

Mais do que uma colaboração comercial, esta é uma oportunidade de criar valor partilhado – para os consumidores, para as comunidades e para as causas que importam.”

O seu contributo pode tornar-se num ciclo de impacto positivo para pessoas e para o planeta.

JUNTE-SE A ESTA INICIATIVA!

Faça o download da +Amnistia e descubra como transformar o seu apoio em mudanças reais.



PAPAGAIOS PELAS CRIANÇAS DE GAZA

Mais de 1300 papagaios pelas crianças de Gaza foram plantados no relvado da Alameda D. Afonso Henriques, em Lisboa, na tarde 15 de fevereiro de 2025. Ilustrados por Catarina Sobral e com a presença da embaixadora da Palestina em Lisboa, Rawan Tarek Sulaiman, a Amnistia Internacional – Portugal e o coletivo Parents for Peace quiseram com este gesto homenagear as crianças vítimas do genocídio contra os palestinianos em Gaza.

A embaixadora Rawan Tarek Sulaiman sublinhou que quis estar presente para dizer como os palestinianos estavam “gratos por esta solidariedade”. “A causa palestiniana não é apenas palestiniana, é global”, disse, completando que assim não se sentem sozinhos, “perante as atrocidades e o genocídio”.

A representante diplomática fez questão de lembrar o nome de crianças luso-palestinianas que morreram durante este conflito, para sublinhar que a guerra no território “deixou a incerteza sobre o futuro e os sonhos de liberdade” das crianças sobreviventes.

No mesmo dia, em Ferreira do Zêzere, no âmbito do Encontro das Escolas Amigas dos Direitos — que reuniu cerca de 70 estudantes e docentes das escolas participantes no programa — a Amnistia Internacional promoveu uma vigília pelo fim do genocídio.

JOÃO MARTINS É O NOVO DIRETOR-GERAL DA AI PORTUGAL

A Amnistia Internacional – Portugal tem um novo diretor-geral. João Martins foi escolhido para o cargo por um júri internacional da organização de direitos humanos. Iniciará funções em 2 de junho de 2025.

Numa mensagem dirigida aos participantes na Assembleia Geral da secção portuguesa da Amnistia Internacional, João Martins afirmou que “o mundo precisa da Amnistia e Portugal precisa de uma Secção forte, dinâmica e impactante”. Afinal, explicou, “vivemos num mundo cada vez mais injusto e desigual, onde todos os dias assistimos a graves violações dos direitos humanos, à deterioração de instituições internacionais e à extrema impunidade com que estados e multinacionais se movimentam para alcançar os seus objetivos”.

João Martins antecipou ainda que deseja “poder contribuir para uma organização que seja diversa e inclusiva, e onde toda a gente se sinta respeitada e todas as opiniões contam, onde todos saibamos exatamente de que forma estamos a contribuir para mudar o mundo”.

O novo diretor-geral da Amnistia Internacional – Portugal apresenta-se como defensor de causas humanitárias e dos direitos humanos, com experiência em gestão estratégica e operacional e em operações de resposta a emergências em zonas de conflito.

ARÁBIA SAUDITA: EMBAIXADA RECUSA RECEBER ASSINATURAS POR MANAHEL

A Embaixada da Arábia Saudita em Lisboa recusou-se a receber as mais de 11600 assinaturas recolhidas pela Amnistia Internacional – Portugal a exigir a libertação de Manahel al-Otaibi, uma instrutora de fitness detida na Arábia Saudita e condenada a 11 anos de prisão, por promover os direitos das mulheres no seu país e publicar nas redes sociais selfies num centro comercial, sem usar a abaya.

Na entrega de todas as assinaturas recolhidas, a 12 de março, as autoridades policiais impediram que os representantes da Amnistia Internacional – Portugal tocassem à campanha da Embaixada, uma vez que essa delegação não seria atendida.

DIREÇÃO COMPLETAL

A Direção da Amnistia Internacional – Portugal, presidida por Cláudia Pedra, está agora completa, depois de terem sido eleitos Paula Pérez, para o mandato em 2025-2026, e Luís Gouveia Junior, para o mandato em 2025-2027. O ato eleitoral realizou-se na Assembleia Geral de 29 de março de 2025, que decorreu em formato híbrido a partir de Santa Maria da Feira, que também aprovou o Relatório de Atividades e de Contas relativo a 2024.

Os sobreviventes de Cabo Delgado

Margaux Solinas (texto) e Paloma Laudet (fotos)

Sentada no jardim de uma casa em Pemba, no nordeste de Moçambique, Amina¹, de 27 anos, esconde a sua barriga redonda debaixo de uma tanga com padrão de leopardo. Só o seu choro perturba o silêncio. A jovem conta o seu cativeiro às mãos do grupo Al-Shabaab, de fevereiro de 2020 a agosto de 2023. Este grupo, que se aliou ao autodenominado Estado Islâmico, aterroriza a região de Cabo Delgado, de onde Amina é originária. “No dia em que fui raptada, os insurretos assassinaram parte da minha família diante dos meus olhos. Levaram o meu marido, não sei o que lhe aconteceu. Não posso criar esta criança sozinha”, explica a jovem, antes de se desfazer em lágrimas. Durante mais de três anos, foi sujeita a violência física e sexual num campo do Al-Shabaab. A criança que carrega no ventre é o resultado de uma das muitas violações de que foi vítima.

O grupo armado islamista está ativo em Cabo Delgado desde 2017. Apenas Pemba, a capital da província, poupada à sua violência, está a acolher refugiados. A Organização Internacional para as Migrações estima que mais de um milhão de pessoas tenham sido deslocadas e cerca de 5.000 mortas.

Os combatentes do Al-Shabaab raptam mulheres e casam-nas à força para serem usadas como escravas sexuais. Sharmila, de 29 anos, é outra das suas vítimas. “Fui mantida em cativeiro durante um ano antes de ser resgatada pelo exército moçambicano. Hoje, só quero abrir o meu restaurante e vender matapa². Faço o melhor da região”, diz ela com um sorriso.

1 – Os nomes próprios foram alterados a pedido das testemunhas.

2 – Um prato feito com folhas de mandioca amassadas com alho e farinha.





*É nesta praia do distrito de Paquitequete que chegam de barco muitos deslocados internos que fogem da violência que assola o norte do país.
Pemba, 3 de fevereiro de 2024.*



Amina, de 27 anos, esteve detida de fevereiro de 2020 a agosto de 2023 por combatentes conhecidos como “shabaabs”, que significa “jovens” em árabe. Durante o seu cativeiro, foi violada em grupo várias vezes. Ficou grávida. Os combatentes disseram-lhe: “Não és uma pessoa para nós”. Amina mudou-se para uma cidade mais segura depois de ter escapado à milícia. Não recebeu qualquer ajuda do governo ou do exército.

Um psicólogo dos Médicos Sem Fronteiras (MSF) lidera um workshop perto de Mocimboa da Praia, no nordeste de Moçambique. Esta aldeia foi atacada alguns dias antes por radicais islamistas, que mataram cinco pessoas, incluindo um funcionário dos MSF. Os combatentes islamistas estão também a recrutar muitas crianças, segundo a Human Rights Watch. Chibanga, 30 de janeiro de 2024.



Marameni Abude, 23 anos, e a sua avó são originárias de Macomia, para onde fugiram na sequência de ataques. Procuraram refúgio pela primeira vez em 2019 em Mocimboa da Praia e, um ano depois, em Pemba. Muitos dos deslocados tiveram de fugir várias vezes. “Perdi dois irmãos nos ataques. Estamos seguros aqui, mas não temos dinheiro para comer”, lamenta Marameni. Pemba, 3 de fevereiro de 2024.







Outrora um destino turístico, a ilha do Ibo alberga o único centro de saúde do arquipélago das Quirimbas. Anaya vive ali com os filhos, num campo de refugiados. Sente-se mais segura, embora só tenha um pensamento em mente: regressar ao continente o mais depressa possível. Ilha do Ibo, 1 de fevereiro de 2024.

A Erosão dos Direitos Humanos

CLÁUDIA PEDRA

PRESIDENTE DA DIREÇÃO DA AI



Durante anos, os romances distópicos de Orwell e Huxley eram vistos como realidades distantes e inatingíveis. Afinal como poderíamos, como seres humanos, permitir que líderes autoritários nos controlassem de tal forma, que as liberdades fundamentais e os direitos humanos deixassem de existir? Infelizmente a distopia está à nossa porta.

Ao olhar para o mundo em 2025, é difícil não sentir revolta e tristeza. Depois da muito inspiradora Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 e décadas de trabalho a construir as bases do direito internacional de direitos humanos, vemos tudo isso erodir, com uma rapidez avassaladora. Com regimes autoritários a surgir um pouco por todo mundo, vemos a normalização de graves violações de direitos humanos, a coberto de falsos pretextos, como a insegurança ou a instabilidade económica. É normalizado tentar propor legislação para poder verificar os órgãos genitais das crianças, antes dos torneios escolares. É normalizado deter crianças de dez anos e afastá-las da sua família, porque os pais são migrantes. É normalizado erradicar todas as manifestações da palavra “diversidade” em contexto escolar e nas empresas. É normalizado demonizar grupos minoritários e rotulá-los como criminosos. É normalizado prender ativistas de direitos humanos, como perigosos subversivos.

A retórica anti-direitos (humanos), que atualmente tem como expoente mais mediático Donald Trump e as suas famosas ordens executivas, não é, infelizmente, nem centrada apenas nos EUA nem nova. Os exemplos da Hungria e da Turquia são disso paradigmáticos. O que Trump consegue com o seu poderio económico e projeção internacional é conseguir inspirar outros países a seguirem as suas práticas, a legitimarem comportamentos que até há pouco não seriam aceitáveis. Adicionalmente ajudam-se mutuamente – uma “internacional” de extrema-direita/direita autoritária. Traz consigo a vassalagem de grandes empresas e interesses económicos, e vastos recursos, o que permite uma implementação acelerada. Em dois meses, conseguiu implementar políticas anti género, racistas e xenófobas, que discriminam ativamente grupos como os migrantes e as pessoas trans, erradicar boas práticas de diversidade, equidade e inclusão e regredir importantes conquistas sobre direitos sexuais e reprodutivos.

Os cortes abissais na USAID levaram a uma onda de choque por todo o mundo, deixando,

sem recursos, milhares de ONG e milhões de pessoas em extrema vulnerabilidade. Aliás, a leviandade com que assuntos de relação externas são tratadas, com propostas de fazer de Gaza um *resort*, mostram um total desrespeito pelos seres humanos e pouco ou nenhum interesse em respeitar os seus direitos. O negacionismo da crise climática e das suas intersecções com os direitos humanos, deixam milhões de pessoas numa situação de vulnerabilidade acrescida, simultaneamente augurando para o nosso planeta um futuro negro e tenebroso.

E tudo isso é apenas o que é visível. Afinal, tomando o exemplo da Eslováquia, nem todas as erosões de direitos humanos são visíveis. Algumas são sub-reptícias, lentas, pequenas e cumulativas, até se tornaram inultrapassáveis. Começam com pequenas coisas. Um regulamento mudado, um decreto-lei, limitações a direitos específicos, situações de exceção acordadas. Pequenas mudanças, como se tirássemos pequenos punhados de areia de uma praia e um dia vissemos que já não restava areia nenhuma. Os nossos direitos humanos retirados um a um, a coberto de nos proteger de mil e uma ameaças, inventadas para nos assustar e nos distrair. Um dia, tal como a praia, podemos acordar e ver que a erosão levou o que um dia chamámos de direitos humanos consagrados.

Em 1984, todos os aspetos da vida eram controlados. No *Admirável Mundo Novo* as pessoas eram pré-selecionadas antes de nascer para pertencer a certos grupos, com mais ou menos privilégios. Tirando as dimensões claras de ficção científica dos dois romances e o facto de ambos terem sido escritos há décadas, verificamos que o mundo que idealizaram não está assim tão distante. Líderes, democraticamente eleitos, assumem agora posturas reservadas aos ditadores, e tal como eles, lideram pelo terror. Hordas de pessoas, convencidas da bondade das suas intenções e enganadas pelas campanhas de desinformação, dão apoio e legitimidade às suas políticas e práticas. É esse o mundo em que vivemos em 2025.

Mas nos romances distópicos há sempre os que estão atentos. Os que percebem a

manipulação, que percebem as intenções narcisistas, os que não estão dispostos a permitir esse controlo, a permitir que o privilégio de alguns ultrapasse os direitos de outros. Os que questionam, os que protestam, os que não estão dispostos a aceitar o status quo. Em 2025, esses são os ativistas de direitos humanos, que incansavelmente lutam pelos direitos de todos e por um mundo em que a dignidade dos seres humanos não seja posta em causa. Todos os dias chegam histórias dos quatro cantos do mundo de pessoas extraordinárias, que não se curvam perante os regimes, não deixam os seus direitos ser erodidos, que partem em defesa dos direitos dos outros, apesar das mais terríveis ameaças e práticas.

Enquanto ainda vivemos em liberdade e ainda conseguimos usufruir dos nossos direitos humanos, temos a obrigação de dar a voz àqueles que já foram silenciados. Temos a obrigação de garantir que não deixamos cair no esquecimento aqueles que todos os dias lutam pelos nossos direitos. Temos a obrigação de não nos deixar iludir pela informação falsa que circula. Temos a obrigação de não deixar erodir os nossos direitos. Esta é a nossa chamada de atenção. Estamos em modo de emergência, estamos em modo de crise. É tempo de mobilizar. É tempo de agir. Há muito a fazer, dos pequenos aos grandes gestos. Como movimento de direitos humanos, somos mais fortes na ação coletiva. É tempo de protestar, de sair às ruas, de assinar petições. **É tempo de pressionar os governos para que respeitem os direitos humanos.** É também tempo de liderar pelo exemplo, de sermos, cada um e todos, baluartes dos direitos humanos.

A erosão ainda pode ser travada, se agirmos já.

PARA **473 MILHÕES DE CRIANÇAS**
QUE VIVEM EM ZONAS DE CONFLITO

1%
DO SEU IRS É
ESPERANÇA!



SAIBA MAIS EM
WWW.AMNISTIA.PT/IRS

AJUDE A AMNISTIA INTERNACIONAL COM 1% DO SEU IRS, SEM CUSTOS!

501 223 738

MODELO 3 QUADRO 11 CAMPO 1101